

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	NEUROTECNOLOGIAS E DADOS PESSOAIS								
DOCENTE	ERICÁ BAKONYI (ESTÁGIO DOCENTE) LUCA BELLI (SUPERVISÃO)								
CÓDIGO	GRDDIRELE370/ GRDDIRELE357	SEMESTRE	2025.1	PERÍODO	6º/10º	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	25/ 30h

EMENTA	A neurotecnologia remete às técnicas de interface conectiva entre o cérebro e a máquina, e poderá ser aplicada/utilizada de forma intrusiva ou não intrusiva. Dedicar-se à compreensão, ao controle, à reparação e à melhoria da performance cerebral. Por se tratar de produtos e dispositivos que já são comercializados e disponibilizados diretamente aos consumidores e que tratam dados neurais ou neurodados (dados pessoais sensíveis), a disciplina pretende explorar tanto as vantagens quanto os riscos dessa atividade, além de como adequar os processos de tratamento desses dados em conformidade à LGPD e às boas práticas de segurança da informação. O curso abordará também os desafios relativos e de governança relacionados à neurotecnologia. Serão contempladas questões teóricas e práticas.								
OBJETIVOS	Este curso tem como objetivo possibilitar a compreensão abrangente das abordagens regulatórias e éticas diversas e em evolução em relação à privacidade e à proteção de dados pessoais, com enfoque específico nos dados neurais (neurodados). Pretende-se estimular reflexões críticas e apresentar técnicas e instrumentos jurídicos dedicados à avaliação, prevenção e mitigação de riscos relativos ao uso de dispositivos de neurotecnologia, bem como analisar criticamente o alcance e os limites da intervenção governamental.								
METODOLOGIA	Aulas Interativas, teóricas e práticas, construídas a partir de problemas e casos concretos, com estímulo à análise crítica.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	x	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	x	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	x	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	x	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	x	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	x	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	x	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação do Curso e Noções Introdutórias.								
2	Cultura Digital, Direito e Neurotecnologia.								
3	Neurotecnologia: heroína ou vilã?								
4	Neurodados: a última fronteira da privacidade.								
5	Proteção de Dados Pessoais: contextualização, princípios e direitos.								
6	Dados Pessoais Sensíveis e de Grupos Vulneráveis.								
7	Segurança da Informação, Avaliação e Gestão de Risco								
8	Apresentação dos Trabalhos e debate.								
9	Estudo de Casos.								
10	Audiência Simulada.								

11	Regulação de Neurodados: cenários nacional e internacional.
12	Neurotecnologia e Relações de Consumo.
13	Contratos e os desafios relacionados ao Direito à Informação.
14	Apresentação dos Trabalhos Finais.
15	Aula de Encerramento.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	<input checked="" type="checkbox"/> Regulação
	<input checked="" type="checkbox"/> Justiça e Sociedade
<input checked="" type="checkbox"/> Tecnologias	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>A nota final será baseada no resultado combinado da participação dos alunos nos debates durante as aulas, nas apresentações orais e trabalho final escrito. Portanto,</p> <p>(i) A participação dos alunos ao longo do curso representará 40% da nota final. Para a composição integral da pontuação, a expectativa é que os alunos participem ativamente em sala de aula, demonstrando a compreensão dos temas debatidos, sejam pontuais e assíduos.</p> <p>(ii) As apresentações orais corresponderão a 30% da nota. Na oportunidade, serão avaliadas a preparação do aluno e a percepção e amadurecimento crítico perante os temas trabalhados em aula.</p> <p>(iii) O trabalho final escrito corresponderá aos 30% restantes. Este trabalho será um <u>comentário crítico sobre algum tema explorado em aula, de modo que seja relacionado a alguma outra área do Direito</u>. O formato do texto é livre, contendo <u>entre 5 e 8 páginas</u>. A avaliação observará os seguintes critérios: clareza, organização, capacidade crítica e pontualidade na entrega.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Capítulos 1 e 4. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994105/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!/4</p> <p>FLORES FILHO, E. G. J.; FIRMO, M. de C. Dignidade humana e neurodireitos na era digital. Revista Do Instituto De Direito Constitucional E Cidadania, 7(2), 2023. https://doi.org/10.48159/revistadoidcc.v7n2.e063</p> <p>CARLESSI, M. M., BORGES, G. S., CALGARO, Cleide. Tecnologias persuasivas e neurodireitos: a tutela dos consumidores nas redes sociais na sociedade consumocentrista. Revista de Direito Brasileira v. 32 n. 12, p. 372–392, 2023. https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/8502</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>FARAHANY, Nita A. The Battle for Your Brain: Defending the Right to Think Freely in the Age of Neurotechnology. St. Martin's Press, 2023.</p> <p>HARARI, Yuval Noah. Nexus: Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial. 1. ed. Companhia das Letras, 2024.</p> <p>Future of Privacy Forum. Risk Framework for Body-Related Data in Immersive Technologies (2023). Disponível em: https://fpf.org/wp-content/uploads/2023/12/FPF-Risk-Framework-for-Body-Related-Data-FINAL-Digital.pdf</p> <p>BAPTISTA, P.; KELLER, C. I. Por que, quando e como regular as novas tecnologias? Os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. Revista De Direito Administrativo, 273, p. 123–163, 2016. https://doi.org/10.12660/rda.v273.2016.66659</p> <p>DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção dos dados pessoais: fundamentos da lei geral de proteção de dados. 2.ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.</p>